

Estratégia de Paisagem

Kaiowá e Guarani



Foto: Bruna Braz/Acervo ISPN

ESTRATÉGIA DE PAISAGEM KAIWÁ E GUARANI, MS

Projeto Oitava Fase Operacional do Small Grants Program no Brasil Fundo
Ecos (SGP/GEF)

Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN



LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APA	Área de Proteção Ambiental
CGN	Comitê Gestor Nacional do Fundo Ecos
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COMDEKS	Community Development and Knowledge Management for the Satoyama Initiative Programme
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente (<i>Global Environment Facility</i>)
ha	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
JUIND	Juventude Indígena da Diversidade Guarani e Kaiowá
LGBTQIAPN+	Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias, Mais
OBC	Organização de Base Comunitária
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAJ	Retomada Aty Jovem
SESAI	Secretaria de Saúde Indígena
SGP	Small Grants Program
TEVAP	Tecnologia de Evapotranspiração

Sumário

1. Apresentação.....	5
2. Área Prioritária.....	7
3. Análise de Situação.....	10
4. Estratégia da Paisagem.....	13
5. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos.....	15
6. Plano de Monitoramento e Avaliação.....	19
7. Plano de Gestão do Conhecimento.....	20

1. Apresentação

O Fundo Ecos é um mecanismo independente, que oferece financiamento diretamente a organizações da sociedade civil, com foco principal em povos e comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares, visando a promoção de iniciativas comunitárias, com um enfoque particular nas necessidades e potencialidades locais, nos direitos e nas culturas daqueles que historicamente mais têm contribuído para a conservação ambiental por meio do uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios econômicos e sociais.

O Fundo Ecos começou como sendo a versão brasileira do Small Grants Program do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) – nomeado em português como Programa de Pequenos Projetos Ecosociais, e teve o GEF como único doador por cerca de 15 anos. A partir do ano de 2013, o fundo passou a receber recursos de outras fontes, como Fundo Amazônia e União Europeia.

O ISPN, por meio do Fundo Ecos, executa a Oitava Fase Operacional do *Small Grants Program* no Brasil, entre 2025 e 2029, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e implementação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Neste contexto, o Fundo Ecos atua com quatro paisagens prioritárias onde são apoiados projetos estratégicos, pequenos projetos e projetos de consolidação. Os parceiros institucionais estratégicos são responsáveis por apoiar na construção dos projetos de organizações de base comunitária e organizações de assessoria e na execução e monitoramento destes projetos. Os parceiros estratégicos têm o papel central, ainda, na interação entre os diversos projetos da paisagem, na articulação política e na construção de capacidades dos atores sociais nestes territórios em questão.

As quatro paisagens foram definidas pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) do Fundo Ecos como paisagens prioritárias a partir de critérios previamente estabelecidos, sendo estes: (1) presença de parceiros locais fortes que possam apoiar a execução dos projetos; (2) possibilidade de alavancar contrapartidas (cofinanciamento); (3) situação socioambiental da região; e (4) logística de acesso. Nessa definição das quatro paisagens, o CGN buscou também um equilíbrio entre os biomas Cerrado e Caatinga e entre os Estados. São elas:

- Alto Rio Poti, PI
- Oeste da Bahia, BA
- Sul do Maranhão, MA
- Kaiowá e Guarani, MS.

As ações a serem desenvolvidas em cada paisagem são orientadas por documentos denominados “Estratégias de Paisagem”. Estas estratégias de paisagem visam resumir os principais problemas socioambientais das áreas e definir quais ações o projeto irá apoiar e promover no sentido de melhorar a resiliência destas paisagens. As Estratégias de Paisagem são organizadas em 6 partes:

1. Área prioritária - descrição da extensão e geografia da paisagem;
2. Análise de Situação - ameaças e oportunidades;
3. Estratégia da Paisagem - indicadores de resultados e impacto;
4. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos;
5. Plano de Monitoramento e Avaliação; e
6. Plano de Gestão do Conhecimento.

As Estratégias de Paisagem foram elaboradas a partir de consultas realizadas durante a preparação do Projeto Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil - Fundo Ecos, entre 2024 e 2026. Nessas consultas, foram levantadas informações sobre os problemas e dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais (incluindo segurança alimentar, acesso à água, qualidade dos solos, desafios relacionados à produção, desigualdade de gênero e acesso às políticas públicas, entre outras), as ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade, a presença de outros projetos em andamento relacionados à temática socioambiental e possibilidades de parcerias com instituições locais e regionais. A partir dessas informações, foram elencados os temas prioritários a serem apoiados pelos projetos e as bases para um entendimento comum sobre a situação de cada paisagem.

O presente documento traz, portanto, as informações colhidas para a paisagem Kaiowá e Guarani, que constituem o cerne desta Estratégia de Paisagem.

As reuniões de consulta nesta paisagem foram realizadas de forma remota junto a atores sociais do território, nos dias 12 e 19 de junho de 2024, 22 de julho de 2024, 7 de agosto de 2024, 3 de setembro de 2024. Uma oficina presencial de consulta foi realizada no município de Dourados, nos dias de 12 e 13 de novembro de 2024, e envolveu 32 participantes de comunidades e organizações de base e de assessoria.

Esta oficina presencial teve como objetivo geral realizar diálogo com atores locais da paisagem Kaiowá e Guarani para levantamento de problemas socioambientais, construção participativa das estratégias de ação para o desenvolvimento sustentável do território e validação do mapa de abrangência da

paisagem. Foi realizado um momento amplo de apresentações dos participantes e diálogos sobre as principais características ambientais, sociais e econômicas dos territórios indígenas que compõem a paisagem; sobre a organização social e comunitária; projetos e iniciativas já implementadas na região e seus impactos; principais parceiros das comunidades, vetores de violência e desafios comuns a população e os territórios indígenas da região.

Foram realizados momentos de reflexão em três grupos segmentados para levantar os principais problemas socioambientais que afetam as comunidades e seus territórios e para pensar em ações estratégicas e iniciativas comunitárias que poderiam contribuir para a superação desses problemas. Os grupos foram: 1) Grupo Kuña (mulheres); 2) Grupo Kuimba'e (jovens) e 3) Grupo Parceiros (organizações de apoio aos indígenas).

A partir dos pontos levantados, os atores puderam identificar os principais conflitos e os principais problemas que acometem o território e priorizar ações estratégicas para incidir nesses problemas.

2. Área Prioritária

A paisagem dos Territórios Kaiowá e Guarani fica no domínio do Bioma Cerrado com áreas de transição com o Bioma Mata Atlântica, na região Centro-Oeste do Brasil, estando parcialmente dividido em duas grandes bacias hidrográficas, do Rio Paraguai e do rio Paraná. A Serra de Maracaju, próxima ao município de Dourados, é um divisor de águas entre estas bacias. Na bacia do rio Paraguai, estão localizados os municípios de Bela Vista e Antônio João. Na Bacia do Rio Paraná, estão localizados os municípios de Aral Moreira, Rio Brilhante, Douradina, Itaporã, Dourados, Amambai, Coronel Sapucaia e Caarapó.

A importância desta área se deve à presença de povos indígenas Kaiowá e Guarani aliada a presença de ecossistemas ameaçados e que são prioritários para a conservação da biodiversidade. O território Kaiowá e Guarani é caracterizado pela relação das populações entre os biomas e os ecossistemas presentes no estado. Os Kaiowá e Guarani constroem relações específicas com esses biomas, sendo a fauna e a flora de extrema importância para sua reprodução social.

Nesta paisagem, quanto aos critérios de seleção das paisagens da Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil, foram identificadas organizações de base comunitária (OBCs) a serem apoiadas e organização previamente apoiada e definida como parceira estratégica; a situação socioambiental pode ser dita crítica

em relação à pobreza e degradação florestal e territorial e oferece boas condições logísticas para ser acessada.

A paisagem possui área total de 2.962.639,50 ha e é composta por 10 municípios, seja em área total ou parcial, a saber: Bela Vista, Antônio João, Rio Brilhante, Itaporã, Douradina, Dourados, Caarapó, Aral Moreira, Amambai e Coronel Sapucaia. Se consideradas as áreas totais dos municípios, a população total da paisagem fica em torno de 436.573 habitantes.

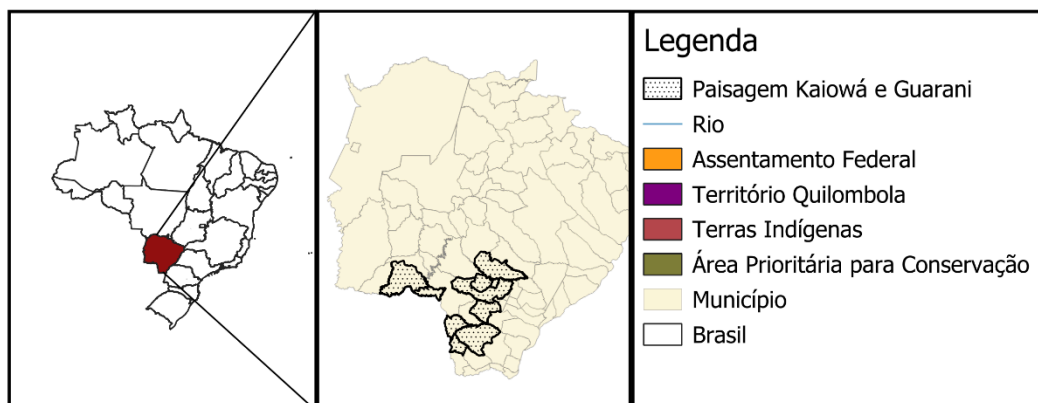
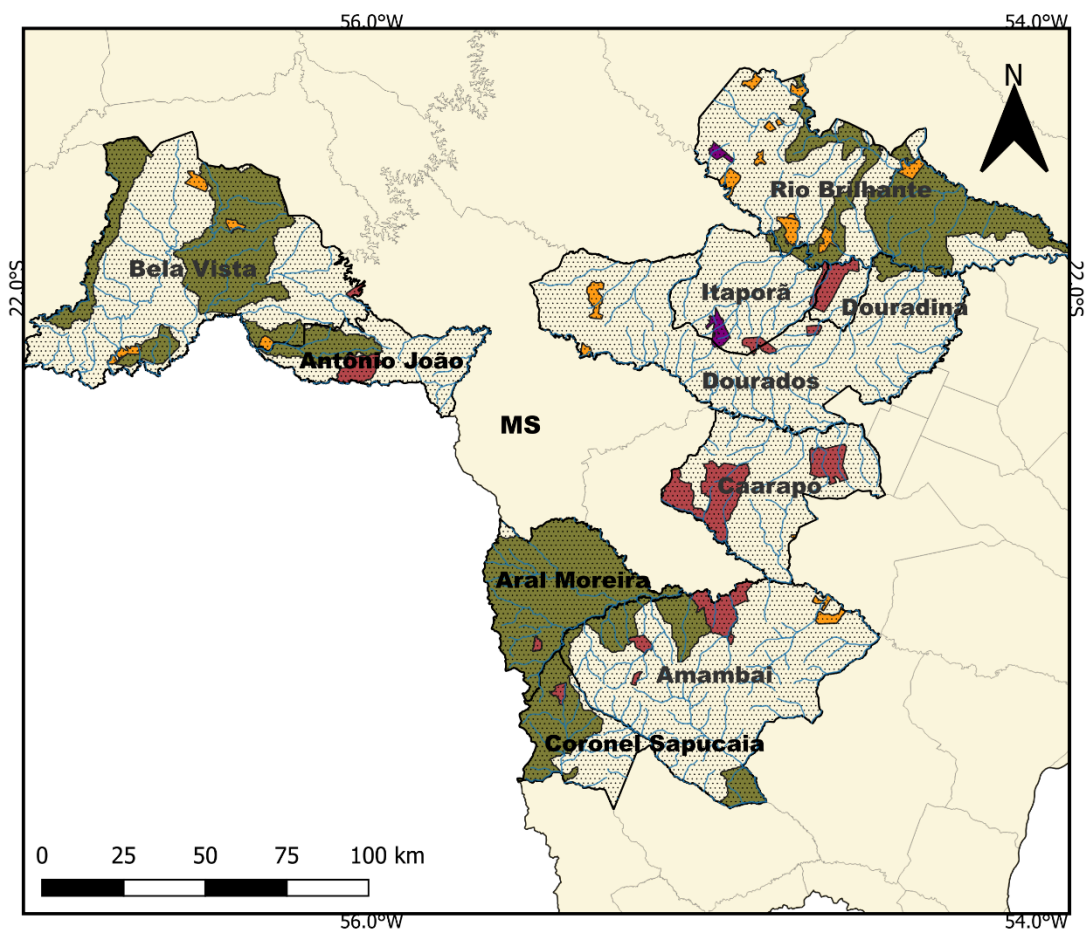
A Tabela 1, a seguir, apresenta os dados referentes à população urbana e rural, bem como a área dos municípios que compõem a paisagem indígena.

Tabela 1. Informações sobre população e área dos municípios que compõem a Paisagem Kaiowá e Guaraní (MS).

Município	População estimada (IBGE 2022)	População rural (IBGE 2022)	População urbana (IBGE, 2022)	Área do Município (ha) (IBGE 2024)
Bela Vista	21.613	3.896	17.717	49.5647,3
Antônio João	9.303	2.164	7.139	109.590
Rio Brilhante	37.601	6.757	30.844	398.350,7
Itaporã	24.137	3.714	20.423	134.238,9
Douradina	5.578	1.942	3.636	28.023,5
Dourados	243.367	14.288	229.080	406.288,9
Caarapó	30.612	6.401	24.211	211.573,0
Aral Moreira	10.748	4.878	5.870	165.386,0
Amambai	39.325	15.156	24.169	419.374,2
Coronel Sapucaia	14.289	3.468	10.693	102.372,7

Mapa da Paisagem Kaiowá e Guarani

Paisagem Kaiowá e Guarani / GEF 8



FONTE DE DADOS:
 1- IBGE - Municípios 2- ICMBio/FUNAI/INCRA - Unidade de Conservação, Terras Indígenas, Assentamento; 3-ANA Rios, 4
 - MMA - Área Prioritária para Conservação
 Sistema de Projeção: SIRGAS 2000



3. Análise de Situação

Ameaças e Oportunidades

Os povos Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva (referidos aqui enquanto Kaiowá e Guarani) vivem na região sul do estado de Mato Grosso do Sul. O município de Dourados (MS) é referência econômica e de atendimento de serviços nesta região, além de concentrar a maior população indígena de MS. Este estado concentra, de acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2022), a terceira maior população indígena do país, com 116.469 pessoas de oito povos: Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Terena, Kadiwéu, Kinikinau, Guató, Ofaié e Atikum. Dentre estes, a maior população é dos Kaiowá, com 50.034 pessoas (IBGE, 2022).

Tabela 2. População indígena por situação e localização do domicílio (IBGE, 2022).

Localização do domicílio	Situação do domicílio		
	Total	Urbana	Rural
Total	116.469 (100%)	41.861 (35,94%)	74.608 (64,06%)
Em Terras Indígenas	68.682 (100%)	1.423 (2,07%)	67.259 (97,93%)
Fora de Terras Indígenas	47.787 (100%)	40.438 (84,62%)	7.349 (15,38%)

Com relação à situação socioeconômica da população Kaiowá e Guarani, existe uma situação diversa com famílias que enfrentam situações de maior dependência e outras que apresentam maior acesso a oportunidades. Algumas famílias são dependentes de auxílios do governo disponíveis como aposentadoria rural, Bolsa Família e a disponibilização de cestas básicas realizadas esporadicamente pela FUNAI, e de trabalhos por meio de diárias em fazendas na região, fazendo serviços de corte de cana, por exemplo, as opções de trabalho nas cidades são poucas, como construção civil e coleta de lixo. Contudo, é importante destacar a diversidade das atividades econômicas e profissionais existentes nos territórios, como a produção nos kokuê, a criação de animais, o artesanato, o trabalho assalariado rural e urbano e a atuação de professores, agentes de saúde, servidores e estudantes universitários.

Ao mesmo tempo que há os deslocamentos de trabalhadores indígenas de MS para a região sul na época da colheita de maçã em fazendas do Rio Grande do Sul principalmente; existem, localmente, cargos ligados às políticas públicas, como professores na Educação Indígenas e profissionais de saúde indígena, e também há as políticas de permanência estudantil nas universidades, que cada vez mais vem ampliando apoios financeiros para estudantes indígenas. Dessa forma, não se deve descrever esse contexto socioeconômico como um caminho consolidado na escassez ou somente na falta como único patamar relacional dos Kaiowá e Guarani.

O processo histórico da região é descrito por Brand (1997) como um confinamento em pequenos territórios, onde se tinha a massiva expulsão de famílias de suas terras, confinamento em pequenas Reservas Indígenas e amplo desmatamento das áreas tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowá e Guarani. O confinamento, com a intensificação da colonização na região, foi impulsionador de uma série de transformações sociais, que não iam de acordo com os projetos de futuro construídos nestes momentos antigos, levando os Kaiowá e Guarani a passarem a viver de acordo com o possível.

Grande parte desses territórios indígenas foi historicamente invadida pelo agronegócio de grande porte, destinado à produção de soja, milho, cana-de-açúcar e pastagens para gado. Essas atividades promovem o desmatamento em alguns municípios como Bela Vista (8.56,52 hectares em 2023-Mapbiomas, 2024), Maracaju (4.68,19 hectares em 2023-Mapbiomas, 2024) e Amambai (522,34 hectares em 2023-Mapbiomas, 2024). Mais preocupante ainda é o uso massivo de agrotóxicos nessas produções, que contaminam rios, lençóis freáticos, solo e ar, ameaçando a biodiversidade e colocando em risco a saúde das populações indígenas que vivem cercadas por essas plantações.

A regularização fundiária é preocupante nesta região. Embora a paisagem apresente terras indígenas em todos os municípios de abrangência - Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Dourados, Douradina e Itaporã - o estado de Mato Grosso do Sul concentra a 3ª maior população indígena do país, e a demanda pela demarcação de novas terras indígenas é urgente. Em diferentes municípios da paisagem existem retomadas, compreendidas como processos de reocupação e recuperação de parcelas dos territórios tradicionais dos quais famílias e comunidades Kaiowá e Guarani foram historicamente expulsas. No entanto, as condições de vida nessas áreas são precárias, com os indígenas apresentando altos índices de insegurança alimentar e violação de direitos humanos.

Estimular a organização social nesses territórios e a perspectiva de construção de redes para fomentar associações e grupos indígenas é uma oportunidade para o fortalecimento político de organizações e grupos nos territórios. Muitas comunidades, coletivos e articulações possuem formas próprias e consolidadas de organização política, embora nem todas estejam formalizadas juridicamente ou disponham de CNPJ, condição que pode limitar o acesso direto a determinados editais e parcerias.

As organizações da sociedade civil presentes na paisagem participam de diversos coletivos e redes temáticas ou regionais, a saber: Aty Guassu (a grande assembleia Guarani), Kuñangue Aty Guasu - Grande Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani de Mato Grosso do Sul, Encontro de professores indígenas, Catrapovos, Rede dos jovens, JUIND (Juventude Indígena da Diversidade Guarani e Kaiowá - aborda a temática da diversidade), RAJ (Retomada Aty Jovem-organização da juventude ligada a Aty Guassu), Rede Saberes, entre outros.

O associativismo é muito recente em MS em comparação a outras regiões. Os Kaiowá passaram a se constituir em associações a partir do final da década de 1990; de 91 a 93 surgiram as primeiras associações na região de Dourados, ainda sob a perspectiva de tutela da Funai na autorização de abrir essas organizações. A partir dos anos 2000, as associações começaram a ser mais discutidas e vislumbradas localmente. No contexto de Dourados, havia uma situação política favorável entre federal, estadual e municipal para um cenário positivo de assessoria e criação de projetos no contexto municipal.

Um desafio de trabalhar com associativismo com os Kaiowá é o estigma de que os indígenas não têm capacidade para criar e desenvolver associações e lidar com burocracias. Outra crítica constante é que os Kaiowá não seguem o modelo de estrutura de poder de associações convencionais (presidente, secretário, tesoureiro) de forma que as associações não seriam bem-sucedidas em atender um grupo comunitário; pois os Kaiowá tem lideranças contextuais e não lideranças centrais. O modelo político dos Kaiowá não seria adequado ao modelo político de associação.

Muitas associações Kaiowá e Guarani se organizam a partir de parentelas, comunidades territoriais e redes de alianças. Por isso, o fortalecimento institucional deve reconhecer essas formas próprias de organização e evitar a imposição de modelos administrativos que desconsiderem as dinâmicas políticas e sociais de cada território. Ao mesmo tempo, associações, coletivos e movimentos podem construir articulações mais amplas em torno de pautas comuns. Deve-se fortalecer associações que canalizam demandas de parentelas e

de grupos mais orgânicos. Existe uma potencialidade muito importante de fomentar a discussão do associativismo e criar um impacto positivo, com a ressalva de que outros grupos também vão demandar o apoio, esse é um ponto de atenção. Pois criar associações gera as demandas burocráticas e fiscais, encargos financeiros. O modelo de organização é difícil para todo mundo, mas ele é repetitivo, uma vez apreendido, pode ser replicado.

Fortalecer a narrativa da importância dos grupos Guarani em se formarem para o associativismo, para protagonizarem a execução de apoios. Desenvolver com eles o passo a passo responsável e consciente para a criação de associações.

O jeito de fazer política dos Guarani é fortalecer a parentela. É necessário ter atenção e cuidado nesse aspecto quando é trazido o tema das associações para não acirrar conflitos.

4. Estratégia da Paisagem

Existem três aspectos definidores do conjunto de metodologias da Iniciativa Satoyama (COMDEKS) que o Fundo Ecos irá integrar em suas atividades durante o Projeto Oitava Fase Operacional do SGP/GEF no Brasil:

- As organizações comunitárias orientam as estratégias de desenvolvimento rural por meio do planejamento, governança, execução e monitoramento de projetos;
- A governança participativa da paisagem representa uma base eficaz para a organização de abordagens baseadas na comunidade e de múltiplas partes interessadas para a gestão da terra e dos recursos;
- As soluções integradas são efetivamente abordadas no nível da paisagem, pois a escala é grande o suficiente para incluir várias comunidades, processos e sistemas que sustentam os serviços ecossistêmicos, a produção econômica rural e as culturas locais.

Dessa forma, a estratégia de implementação do Fundo Ecos envolverá a assistência a organizações comunitárias na execução e coordenação de projetos que gerarão sinergias ecológicas, econômicas e sociais que produzirão benefícios ambientais globais maiores e potencialmente mais duradouros, bem como maior capital social e benefícios de desenvolvimento sustentável local.

Em cada uma das quatro paisagens-alvo, o Fundo Ecos apoia um ou mais projetos estratégicos e cerca de 10 projetos, incluindo pequenos projetos e projetos de consolidação. Todos os projetos - pequenos, consolidação e estratégicos - atuam de forma integrada no sentido de ampliar a resiliência da paisagem e garantir o enfoque de gênero em todas as ações realizadas de acordo com as ações descritas na Estratégia de Paisagem. O suporte do parceiro estratégico se dá por meio de um projeto estratégico elaborado pela organização parceira, a partir de uma Carta Convite ou de um Edital Restrito em que são explicadas as principais atribuições, resultados esperados e entregas.

Os parceiros estratégicos locais selecionados desempenham um papel fundamental na implementação da Estratégia de Paisagem; promovendo a integração entre todos os projetos apoiados na paisagem, capacitações, intercâmbios e incidência política. Outras atividades que podem ser lideradas pelo parceiro estratégico são intercâmbios entre agricultores, feiras de sementes locais ou regionais, oficinas temáticas e capacitações, entre outras. Cabe também ao parceiro estratégico desenvolver iniciativas piloto com tecnologias consideradas inovadoras ou pouco conhecidas na região, mas que demonstram potencial para uma aplicação mais ampla.

Essas organizações estratégicas são importantes ainda no apoio às organizações de base tanto na construção como na implementação dos seus projetos. Na fase de implementação dos projetos, o parceiro estratégico tem o papel de apoiar no monitoramento dos projetos, fornecendo assistência técnica e administrativa, principalmente às organizações comunitárias que apresentam fragilidades de gestão. Também são responsáveis por auxiliar o ISPN no monitoramento dos resultados alcançados, o que é essencial, considerando que muitas organizações menores podem ainda não ter uma boa capacidade administrativa e organizacional suficientes, necessitando de acompanhamento para aprimorar suas habilidades e competências nessa área.

Para alcançar impactos na escala da paisagem, o projeto estratégico fomentará em cada paisagem uma “plataforma multissetorial de parceiros” (ou, simplesmente, uma rede de parceiros). O parceiro estratégico de cada paisagem tem o papel de ser um impulsionador institucional, com a responsabilidade de animar a rede e apoiar seu funcionamento para manter uma estratégia de diálogo estreito entre comunidades tradicionais e agricultores familiares e seus parceiros institucionais, sejam estes governos locais, universidades ou organizações da sociedade civil. Além de ser um fórum para discussões e debates em nível de paisagem, pode funcionar como um espaço para divulgar

experiências, lições aprendidas e as melhores práticas de iniciativas anteriores, visando sua ampliação ao longo do projeto.

No contexto da rede, o parceiro estratégico é responsável por promover discussões, oficinas e outros eventos em que o planejamento no nível da paisagem esteja em destaque. Os diferentes atores interessados se reunirão para um processo participativo de tomada de decisão, buscando estabelecer acordos que resultem em apoio a sistemas multifuncionais de uso da terra, paisagens mais resilientes e com conectividade ecológica, no contexto do desenvolvimento sustentável e da proteção e mitigação socioambiental das mudanças climáticas.

Na medida em que o projeto se desenvolver, as plataformas multissetoriais também funcionarão como fóruns para a apresentação, discussão e disseminação dos resultados do projeto. Outro papel dessa plataforma é articular potenciais parceiros e programas para ampliar os mercados para os produtos da sociobiodiversidade encontrados na paisagem, além de visar uma maior incidência política dando mais visibilidade aos problemas enfrentados pelas comunidades.

5. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos

Os temas e ações prioritários levantados na oficina de consulta na Paisagem Kaiowá e Guarani são a base para a construção de um edital voltado às organizações de base comunitária ou de assessoria atuantes na paisagem. Durante a oficina de consulta, o grupo focal de jovens gerou as seguintes recomendações para a atuação dos projetos:

- Trabalhar as temáticas levantadas por meio de oficinas e reuniões em grandes eventos;
- Atuar de forma conjunta com os temas, de forma que as associações se organizem para abranger as diferentes ações levantadas.
- Cada associação deve atuar mais localmente e juntas em grandes eventos;
- Promover intercâmbios sobre etnociências e saberes indígenas com os moradores dos tekohas, construindo espaços tradicionais para banco de sementes, plantas medicinais (pohã ñaña);
- Realizar um seminário Kaiowá e Guarani ao final dos projetos e registrar em livro os resultados maiores da paisagem kaiowá e Guarani;

- As associações podem ser uma forma, um novo caminho, de reproduzir Jekoha.

Os principais conflitos e os principais problemas que acometem o território identificados pelos grupos (Grupo Kuña - mulheres; Grupo Kuimba'e - jovens; e Grupo Parceiros - organizações de apoio aos indígenas) foram priorizados em ações estratégicas para incidir nesses problemas. As ações citadas pelos grupos focais foram agrupadas em:

Tabela 3. Iniciativas estratégicas, possíveis ações e principais indicadores para a paisagem indígena Kaiowá e Guaraní.

Iniciativas Estratégicas	Possíveis Ações	Indicadores
Inclusão social e combate ao racismo e preconceito	Elaboração de cartilhas feitas pelos indígenas sobre como deve ser abordado o tema do racismo Ações de inclusão para pessoas LGBTQIAPN+ Palestras e oficinas sobre racismo e saúde mental para crianças e jovens	número de materiais de gestão do conhecimento e comunicação produzidos; número de pessoas com capacidades aprimoradas; número de jovens inseridos nas associações e projetos; número de professores da educação escolar indígena participando das ações dos projetos; ações coletivas de diálogo com o poder público
Segurança alimentar e nutricional	Fortalecimento dos kokuê Venda de excedentes para geração de renda Agroindústrias, cozinhas coletivas para beneficiamento e processamento de alimentos Geração de alternativas econômicas para jovens e pessoas com menos escolaridade	Volume de produção; renda gerada; novas culturas incorporadas no sistema produtivo; variedades crioulas resgatadas; número de famílias recebendo assistência técnica; novos mercados acessados; número de feiras funcionando; número de famílias obtendo renda a partir das iniciativas apoiadas pelo projeto; número de tecnologias instaladas, incremento na produtividade, diminuição

Iniciativas Estratégicas	Possíveis Ações	Indicadores
		no custo da produção, incremento da renda gerada
Valorização de saberes tradicionais, educação indígena e promoção de saúde mental	Fortalecimento das casas de rezas e espaços próximos das casas de rezas para plantas medicinais. Resgate de saberes tradicionais Valorização das ñandeshy e ñanderu Oficinas de artesanatos e transmissão de conhecimento oral Valorização dos rezadores por meio da inclusão de anciões em atividades formativas	Rodas de conversa e oficinas sobre modos de vida tradicionais, número de iniciativas protagonizadas por mulheres, jovens e anciões, iniciativas de fortalecimento de anciões, espécies bioculturais resgatadas e ou conservadas; número de formações realizadas com facilitadores anciões, número de oficinas e rodas de conversa realizadas sobre saberes tradicionais
Empoderamento das mulheres e enfrentamento do machismo	Promover paridade de gênero nas tomadas de decisões	Número de iniciativas protagonizadas por mulheres e de espaços reservados para mulheres; ações coletivas de diálogo com o poder público; número de mulheres com capacidades aprimoradas; número de mulheres participando de espaços de tomada de decisões
Manejo da água para redução da escassez hídrica e ampliação do acesso à água	Ações e tecnologias para ampliar o acesso e o armazenamento de água Plantio de árvores e recuperação de nascentes em retomadas para melhorar a quantidade e acesso à água Tratamento local de água por meio de Tratamento por Evapotranspiração (TEVAPs), círculos de bananeiras,	Número de tecnologias instaladas, volume de água armazenado, número de famílias com acesso à água ampliado; áreas (ha) em processo de recuperação, nascentes e cursos de água em recuperação; novas tecnologias testadas na paisagem

Iniciativas Estratégicas	Possíveis Ações	Indicadores
Gestão ambiental e territorial e incidência política para fortalecimento, proteção e monitoramento	Ações de garantia dos territórios Projetos de formação na área jurídica e elaboração de demandas para defensoria pública	Número de organizações envolvidas e fortalecidas por meio das ações do projeto; ações coletivas de diálogo com o poder público; número de comunidades com acesso à internet; novas tecnologias testadas na paisagem, instrumentos de gestão elaborados ou aprimorados
Fortalecimento da juventude por meio de comunicação, cultura e formações	Fortalecimento da cultura Kaiowá por meio do audiovisual e comunicação Formações continuadas para grandes grupos da juventude sobre elaboração e gestão de projetos, audiovisual, plantio de árvores e recuperação ambiental	Número de iniciativas protagonizadas por jovens, número de materiais de gestão do conhecimento e comunicação produzidos; número de pessoas com capacidades aprimoradas; número de jovens inseridos nas associações e projetos
Fortalecimento institucional de grupos, coletivos e organizações indígenas	Fortalecimento das organizações indígenas para a gestão coletiva, elaboração e gestão de projetos, por meio de oficinas, eventos, encontros, etc.	Número de organizações envolvidas e fortalecidas por meio das ações do projeto; ações coletivas de diálogo com o poder público; número de comunidades com acesso à internet; novas tecnologias testadas na paisagem; número de materiais de gestão do conhecimento e comunicação produzidos; número de pessoas com capacidades aprimoradas; número de jovens inseridos nas associações e projetos

Os editais são supervisionados pelo Comitê Gestor Nacional (CGN), que é composto por representantes de órgãos governamentais, organismos

internacionais, organizações da sociedade civil e da academia. Os proponentes de projetos devem ser associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas constituídas há, pelo menos, dois anos. Não poderão ser apoiadas organizações governamentais, empresas privadas, pessoas físicas, igrejas, clubes, associações de funcionários públicos e instituições de pesquisa.

Os projetos devem ser genuinamente participativos e buscar a resolução de problemas concretos do território utilizando-se de soluções pensadas e que façam sentido para a comunidade e que se relacionem com os temas elencados nesta Estratégia de Paisagem. Os projetos poderão incluir um ou mais temas, mas todos devem demonstrar contribuição para a ampliação da resiliência da paisagem por meio dos temas elencados na Tabela 2.

6. Plano de Monitoramento e Avaliação

O monitoramento dos projetos conduz a uma “parada para refletir sobre a prática” e a coletar e sistematizar informações que geram evidências e aprendizados voltados a vários usos. Desde a correção de rumos de um projeto em andamento, melhoria da atuação da organização, comunicação dos resultados, até a produção de informações que demonstrem a relevância de investimentos públicos e privados em iniciativas socioambientais e em políticas públicas apropriadas aos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

O monitoramento é fundamental para acompanhar e verificar a realização e as pendências das atividades previstas na fase de planejamento e o alcance dos objetivos e resultados esperados. O ISPN, como parte da sua metodologia de apoio a projetos, capacita e orienta as organizações e comunidades envolvidas nos projetos a monitorarem e avaliarem suas iniciativas, tanto durante todo o ciclo de vida do projeto (desempenho e resultados) como também nos efeitos que o projeto continua a gerar na vida das comunidades e da organização mesmo após o seu encerramento (seus impactos).

O monitoramento e a avaliação dos projetos cabem em primeiro lugar, ao proponente, entidades parceiras e ao conjunto das organizações sociais no qual o projeto está inserido; em segundo lugar, ao ISPN, enquanto Coordenação Técnico-Administrativa do Fundo Ecos.

Cada projeto apoiado pelo Fundo Ecos é acompanhado por um ponto focal, responsável por monitorar todo o ciclo de vida do projeto, desde sua contratação até seu encerramento. Embora os dados sejam coletados ao longo do projeto, existem períodos específicos para sistematizar essas informações e compartilhá-las com o ponto focal. As organizações parceiras recebem os recursos financeiros em 3 parcelas, que somam o valor total do projeto. A primeira parcela é desembolsada no momento da assinatura do contrato. Para receber as parcelas seguintes, as organizações precisam apresentar relatórios e evidências relacionados à execução financeira e às atividades desenvolvidas. O Relatório do Projeto fornece uma descrição das atividades e despesas já realizadas, e o progresso dos indicadores alcançados até cada período.

A partir desses relatórios é possível alimentar o Sistema de Gestão de Projetos e monitorar os indicadores de impacto de cada projeto e de cada paisagem prioritária. Outras informações complementares são obtidas por meio de visitas técnicas de monitoramento.

O Fundo Ecos, em parceria com as organizações locais e parceiros estratégicos, reúne os dados e as informações coletadas sobre cada projeto, e sistematiza resultados, impactos e aprendizados gerados nas Paisagens Prioritárias. Pelo monitoramento é possível identificar casos positivos, sucessos alcançados pelos projetos, que nem sempre aparecem nos relatórios escritos, mas que podem servir tanto para fortalecer a coletividade na qual foi alcançado, como para inspirar outras experiências comunitárias.

7. Plano de Gestão do Conhecimento

O ISPN define a Gestão do Conhecimento como o processo de sistematização de lições aprendidas e conhecimentos tradicionais no âmbito dos projetos, tendo foco na organização sistemática e na utilidade da informação a longo prazo.

Esse processo é realizado de diversas formas, incluindo cartilhas virtuais, publicações impressas, documentários, podcasts e outras formas de mídia. A abordagem do ISPN enfatiza parcerias com organizações locais e regionais para desenvolver, aprimorar e disseminar metodologias, práticas e tecnologias. Essa estratégia viabiliza a replicação e a adoção mais ampla de soluções práticas.

Visto que o conhecimento gerado nos projetos apoiados pelo Fundo Ecos provém de diversas fontes, é fundamental garantir que o conteúdo seja captado e

gerenciado de forma sistemática. Para tanto, o ISPN utiliza a Plataforma Coruja, uma ferramenta independente para o monitoramento dos projetos apoiados e, por meio de sua estratégia de Gestão do Conhecimento, incentiva os projetos apoiados pelo Fundo Ecos a destinarem recursos e ações específicas para a sistematização de informações. Durante a Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil, estão previstos recursos específicos para comunicação e gestão do conhecimento visando fortalecer esse esforço de sistematização.

O conhecimento compartilhado a partir desses projetos é disseminado por meio de intercâmbios de aprendizado, publicações, colaborações acadêmicas e articulações de governança com o poder público. No âmbito específico dos projetos, os intercâmbios trazem a perspectiva de desenvolvimento de conhecimento, como oportunidades de aprendizagem entre pares em vários cenários. As plataformas multissetoriais e redes de parceiros também são espaços de divulgação e disseminação dos conhecimentos gerados ao longo do projeto.

Ao longo dos anos, o ISPN tem publicado uma série de publicações sobre boas práticas no agroextrativismo, o beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade e o associativismo. Mais recentemente, vem trabalhando com mídias sociais e vídeos. Tanto as publicações e mídias podem ser acessadas por meio do site do ISPN (ispn.org.br). O ISPN também investe na capacitação e no fortalecimento dos canais de comunicação dos projetos parceiros, por meio de formações, assessorias e apoio técnico, buscando valorizar e ampliar o alcance e a qualidade das narrativas locais.

O Plano de Gestão do Conhecimento busca dar visibilidade às ações locais realizadas pelas organizações parceiras nos territórios, assim como promover a articulação em rede dos diversos atores sociais envolvidos nas Paisagens Prioritárias da Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil.

